

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PLANO DE ENSINO

Unidade

JUR

Disciplina

DIREITO ELEITORAL

Professor

Flávio Henrique de Melo

Departamento

Ciências Jurídicas

Código

JUR 3480

Crédito

04

Objetivos

Dar ao acadêmico a mais ampla visão do Direito Eleitoral no Brasil, como condição indispensável do Estado de Direito e do regime democrático.

Ementa

Conceito, objeto e fontes do Direito Eleitoral; Relações com outras disciplinas; Histórico do Direito Eleitoral no mundo e sua evolução no Brasil; A atual justiça eleitoral no Brasil; O Ministério Público Eleitoral; O Sufrágio; direitos Políticos ativo e passivo: Direito Político positivo e negativo; Alistamento eleitoral; Garantias eleitorais; Escolha e registro de candidatos; Propaganda eleitoral e partidária; Medidas preparatórias à votação; Da votação; Da apuração; Diplomação dos eleitos, Recursos eleitorais; Recursos na legislação ordinária; Recursos eleitorais na Constituição; outras formas de impugnações; Crimes Eleitorais; Processo Penal Eleitoral; Direito Partidário e Partido Político.

Metodologia

Aulas expositivas e dialogadas com discussões sobre documentos diversos e orientações doutrinárias e jurisprudenciais.
--

Critérios de Avaliação

Duas avaliações individuais para N-1: uma prova escrita (vale: 10 pontos) e um trabalho de pesquisa (vale: 10 pontos); igualmente, para N-2, duas avaliações: uma prova escrita (vale: 10 pontos) e um trabalho de pesquisa (vale: 10 pontos).
--

Conteúdo Programático:

1 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

- 1.1 – Conceito de Direito Eleitoral.
- 1.2 – Objeto do Direito Eleitoral.
 - 1.2.1 – Corpo eleitoral
 - 1.2.2 – Sistema eleitoral
 - 1.2.3 – Forma de voto
 - 1.2.4 – Representação eleitoral
 - 1.2.5 – Capacitação política
 - 1.2.6 – Processo eleitoral
- 1.3 – Fontes
 - 1.3.1 – Noções
 - 1.3.2 – Fontes materiais
 - 1.3.3 – Fontes formais principais
 - 1.3.4 – Fontes formais próprias
 - 1.3.5 – Fontes formais subsidiárias

2 – HISTÓRICO DO DIREITO ELEITORAL

- 2.1 – No Mundo
 - 2.1.1 – Na Grécia e em Roma
 - 2.1.2 – Na Idade Média
 - 2.1.3 – Em Portugal
 - 2.1.4 – Outras
- 2.2 – No Brasil
 - 2.2.1 – Brasil-Colônia
 - 2.2.2 – Brasil-Reino Unido
 - 2.2.3 – Direito Eleitoral nas Constituições
 - 2.2.4 – As leis e Códigos Eleitorais
 - 2.2.5 – As leis dos partidos políticos
 - 2.2.6 – Um Novo Código Eleitoral

3 – A JUSTIÇA ELEITORAL

- 3.1 – Noções
- 3.2 – Sistemas de verificação dos poderes
- 3.3 – Justificativas do Sistema da Justiça Eleitoral
- 3.4 – A Justiça Eleitoral no Brasil
 - 3.4.1 – Origem e Histórico
 - 3.4.2 – Assento Constitucional
 - 3.4.3 – Os órgãos da Justiça Eleitoral
 - 3.4.3.1 – T.S.E.
 - 3.4.3.2 – T.R.E.
 - 3.4.3.3 – Juiz Eleitoral
 - 3.4.3.4 – Junta eleitoral e turmas apuradas
 - 3.4.4 – Competência (administrativa, normativa e jurisdicional)

4 – O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

- 4.1 – Noções
- 4.2 – Natureza Jurídica
- 4.3 – Estruturação
- 4.4 – Atribuições
- 4.5 – Prerrogativas, garantias, deveres e impedimentos

5 – ORGANIZAÇÃO ELEITORAL

- 5.1 – Sufrágio, voto e escrutínio
- 5.2 – Extensão do sufrágio
- 5.3 – Valor do sufrágio
- 5.4 – Modo do sufrágio
- 5.5 – Forma do sufrágio
- 5.6 – Distribuição territorial do sufrágio
- 5.7 – Sistema eleitoral majoritário

- 5.8 – Sistema eleitoral proporcional
- 5.9 – Quociente partidário e eleitoral

6 – DOS DIREITOS POLÍTICOS

- 6.1 – Conceito
- 6.2 – Direito político ativo
- 6.3 – Capacidade política ativa
- 6.4 – Obrigatoriedade ou facultatividade
- 6.5 – Exceções à capacidade ativa

- 6.6 – Direito político passiva
- 6.7 – Capacidade política passiva
- 6.8 – Exceções à capacidade passiva
 - 6.8.1 – Inelegibilidade e irrelegibilidade
 - 6.8.2 – Impedimento funcional por identidade de cargo
 - 6.8.3 – Impedimento funcional por incompatibilidade
 - 6.8.4 – Impedimento por motivo de parentesco
 - 6.8.5 – A situação dos concubinos
 - 6.8.6 – A problemática em caso de desmembramento de Município ou Estado.
- 6.9 – O militar e os direitos políticos
- 6.10 – Outros casos de inelegibilidade na legislação comum.

7 – ALISTAMENTO ELEITORAL

- 7.1 – Conceito
- 7.2 – Requisitos
- 7.3 – Prazo para alistar
- 7.4 – Efeitos
- 7.5 – Prova
- 7.6 – Segunda Via
- 7.7 – Transferência
- 7.8 – Fiscalização
- 7.9 – Cancelamento e exclusão
- 7.10 – Conseqüências do descumprimento do dever de alistar

8 – DAS GARANTIAS ELEITORAIS

- 8.1 – Conceito
- 8.2 – Liberdade de escolha do eleitor
- 8.3 – Salvo conduto
- 8.4 – Garantia contra prisão
- 8.5 – Restrição ao uso da força pública
- 8.6 – Prioridade postal
- 8.7 – Isenção tributária aos partidos
- 8.8 – Gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania
- 8.9 – Garantia aos empregados para servir à justiça eleitoral e para exercer direitos políticos
- 8.10 – Direito de descanso dobrado para funcionários públicos
- 8.11 – Cancelamento e substituição

9 – ESCOLHA E REGISTRO DE CANDIDATOS

- 9.1 – Noções
- 9.2 – Legitimidade
- 9.3 – Competência
- 9.4 – Requisitos para o registro
- 9.5 – Concepções partidárias
- 9.6 – Quantidade de candidatos por vaga
- 9.7 – Nomes e variações
- 9.8 – Impugnações
- 9.9 – Investigação judicial
- 9.10 – Cancelamento e substituição

10 – PROPAGANDA ELEITORAL E PARTIDÁRIA

- 10.1 – Conceitos
- 10.2 – Técnicas de propaganda

- 10.3 – Liberdade de propaganda
- 10.4 – Propaganda lícita, irregular e criminosa
- 10.5 – Propaganda geral
- 10.6 – Propaganda paga na imprensa escrita
- 10.7 – Propaganda no rádio e na televisão
- 10.8 – Direito de resposta
- 10.9 – Atuação do Ministério Público
- 10.10 – Atuação da Justiça eleitoral

11 – MEDIDAS PREPARATÓRIAS À VOTAÇÃO

- 11.1 - Organização do eleitorado
- 11.2 – Zona Eleitoral
- 11.3 – Quantidade de diretório por zona
- 11.4 – Seção eleitoral
- 11.5 – Eleitores por seção
- 11.6 – Mesa receptora de votos
- 11.7 – Composição
- 11.8 – Impedimentos, recursos e impugnações dos membros da mesa
- 11.9 – Competência da mesa
- 11.10 – Fiscalização perante a mesa

12 – DA VOTAÇÃO

- 12.1 – Conceito
- 12.2 – O Início – dia e hora
- 12.3 – O voto e o ato de votar
- 12.4 – Eleitor em trânsito ou de em serviço
- 12.5 – Voto em separado
- 12.6 – Transporte de eleitores
- 12.7 – Alimentação de eleitores
- 12.8 – Incidentes na votação, recursos e impugnações
- 12.9 – Como e em quem o eleitor vota
- 12.10 – O encerramento e atos seguintes

13 – DA APURAÇÃO

- 13.1 – Conceito
- 13.2 – Apuração pela mesa receptora
- 13.3 – Apuração pela Junta ou turma
- 13.4 – Nomeação de escrutinadores e auxiliares
- 13.5 – Abertura da urna e providência imediatas
- 13.6 – Os votos em separados
- 13.7 – Contagem dos votos
- 13.8 – Para quem se contam os votos
- 13.9 – Fiscalização d apuração
- 13.10 – Impugnações e decisão
- 13.11 – Recursos e razões
- 13.12 – Mapeamento
- 13.13 – Proclamação do resultado
- 13.14 – Apuração de eleições estaduais, federais e presidenciais
- 13.15 – A informática na apuração

14 – DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS

- 14.1 – Conceito
- 14.2 – Natureza jurídica da diplomação

- 14.3 – Competência para diplomar
- 14.4 – Prazo e local para diplomar
- 14.5 - Fiscalização
- 14.6 – Impugnações
- 14.7 – Efeitos eleitorais e constitucionais

15 – DOS RECURSOS ELEITORAIS

- 15.1 – Recursos e impugnações
- 15.2 – Considerações gerais sobre recurso
 - 15.2.1 – Efeitos
 - 15.2.2 – Prazo
 - 15.2.3 – Prevenção
 - 15.2.4 – Prejulgado eleitoral
- 15.3 – Espécies de recursos na legislação ordinária
 - 15.3.1 – Apelação
 - 15.3.2 – Apelação criminal
 - 15.3.3 – Agravo
 - 15.3.4 – Embargos de declaração
 - 15.3.5 – Recursos na legislação eleitoral esparsa
 - 15.3.6 – Recursos contra decisão de Juiz Eleitoral
 - 15.3.7 – Recursos contra da Junta Eleitoral
- 15.4 – Recursos eleitorais na constituição
 - 15.4.1 – Recurso ordinário contra decisão de T.R.E.
 - 15.4.2 – Recurso especial contra decisão de T.R.E.
 - 15.4.3 – Recurso ordinário contra decisão do T.S.E.
 - 15.4.4 – Recurso contra decisão do T.S.E.
 - 15.4.5 – Recurso ordinário em matéria eleitoral

16 – OUTRAS IMPUGNAÇÕES

- 16.1 - Ações Constitucionais
 - 16.1.1 – Mandado de segurança
 - 16.1.2 – *Habeas corpus*
 - 16.1.3 – *habeas data*
 - 16.1.4 – Mandado de injunção
- 16.2 – Ação de impugnação de mandato
 - 16.2.1 – Noções
 - 16.2.2 – Cabimento
 - 16.2.3 – Competência
 - 16.2.4 – Prazo
 - 16.2.5 – Legitimidade ativa e passiva
 - 16.2.6 – Efeitos
 - 16.2.7 – Procedimentos
- 16.3 – Impugnações no Código Eleitoral e Legislação especial

17 – CRIMES ELEITORAIS

- 17.1 – Noções
- 17.2 – Código Penal de aplicação subsidiária
- 17.3 – Natureza jurídica
- 17.4 – Fontes formais
- 17.5 – Classificação
- 17.6 – Crime eleitoral pela imprensa
- 17.7 – Pena de multa
- 17.8 – Pena privativa de liberdade

18 – PROCESSO PENAL ELEITORAL

- 18.1 – Base legal
- 18.2 – Inquérito policial eleitoral
- 18.3 – Competência
- 18.4 – Natureza da ação penal
- 18.5 – Titular de ação penal
- 18.6 – Procedimento próprio
- 18.7 – Aplicação subsidiária do CPP
- 18.8 – Decisão
- 18.9 – Recursos

19 – PROCESSO PENAL ELEITORAL

- 19.1 – Base legal
- 19.2 – Inquérito policial eleitoral
- 19.3 – Competência
- 19.4 – Natureza da ação penal
- 19.5 – Titular da ação penal
- 19.6 – Procedimento próprio
- 19.7 – Aplicação subsidiária do CPP
- 19.8 – Decisão
- 19.9 – Recursos

20 – DIREITO PARTIDÁRIO – PARTIDO POLÍTICO

- 20.1 – Conceito de partido político
- 20.2 – Natureza jurídica
- 20.3 – Criação originária e derivada
- 20.4 – Fusão e incorporação
- 20.5 – Registro civil e político de partido
- 20.6 – Extinção de partidos
- 20.7 – Estrutura do partido político
 - 20.7.1 – Órgão de deliberação
 - 20.7.2 – Órgão de direção e ação
 - 20.7.3 – Órgão de ação parlamentar
 - 20.7.4 – Órgão de cooperação
- 20.8 – Finanças e contabilidade
 - 20.8.1 – Prestação de contas
 - 20.8.2 – Fundo partidário
- 20.9 – Filiação partidária
 - 20.9.1 – Legitimidade
 - 20.9.2 – Procedimento
 - 20.9.3 – Impugnação
 - 20.9.4 – Prazo
 - 20.9.5 – Desligamento
 - 20.9.6 – Cancelamento automático, voluntário e judicial
- 20.10 – Fidelidade partidária
- 20.11 – Disciplina partidária
- 20.12 – Acesso à TV e Rádio

Bibliografia:

1. CÂNDIDO, Joel José. **Direito Eleitoral Brasileiro**. São Paulo: Edipro.
2. TITO, Costa. **Recursos em Matéria Eleitoral**. São Paulo: Revista dos Tribunais
3. PINTO, Ferreira. **Código Eleitoral Comentado**. São Paulo: Saraiva

4. QUEIROZ, Ari Ferreira. **Direito Eleitoral**. Goiânia: I.E.P.C.
5. RIBEIRO, Flávia. **Direito Eleitoral**. Rio de Janeiro: Forense
6. FLEURY FILHO, Luiz Antonio e MESSIAIS, Itapuã Prestes de. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Saraiva, 2000
7. AMARAL, Sergio e CUNHA, Sérgio Sérvulo. **Manual das eleições**. São Paulo: Saraiva, 2002
8. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Do processo legislativo**. São Paulo: Saraiva, 2002

Planejamento das aulas

1ª SEMANA:

10/08/04 (3ª): Apresentação e explicação do plano de ensino, enfatizando a metodologia, o critério de avaliação e as respectivas datas, principalmente.

- 13/08/04 (6ª):** 1 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS
- 1.1 – Conceito de Direito Eleitoral.
 - 1.2 – Objeto do Direito Eleitoral.
 - 1.2.1 – Corpo eleitoral
 - 1.2.2 – Sistema eleitoral
 - 1.2.3 – Forma de voto
 - 1.2.4 – Representação eleitoral
 - 1.2.5 – Capacitação política
 - 1.2.6 – Processo eleitoral
 - 1.3 – Fontes
 - 1.3.1 – Noções
 - 1.3.2 – Fontes materiais
 - 1.3.3 – Fontes formais principais
 - 1.3.4 – Fontes formais próprias
 - 1.3.5 – Fontes formais subsidiárias

2ª SEMANA:

- 17/08/04 (3ª):** 2 – HISTÓRICO DO DIREITO ELEITORAL
- 2.1 – No Mundo
 - 2.1.1 – Na Grécia e em Roma
 - 2.1.2 – Na Idade Média
 - 2.1.3 – Em Portugal
 - 2.1.4 – Outras
 - 2.2 – No Brasil
 - 2.2.1 – Brasil-Colônia
 - 2.2.2 – Brasil-Reino Unido
 - 2.2.3 – Direito Eleitoral nas Constituições
 - 2.2.4 – As leis e Códigos Eleitorais
 - 2.2.5 – As leis dos partidos políticos
 - 2.2.6 – Um Novo Código Eleitoral

- 20/08/04 (6ª):** 3 – A JUSTIÇA ELEITORAL
- 3.1 – Noções
 - 3.2 – Sistemas de verificação dos poderes
 - 3.3 – Justificativas do Sistema da Justiça Eleitoral
 - 3.4 – A Justiça Eleitoral no Brasil
 - 3.4.1 – Origem e Histórico

- 3.4.2 – Assento Constitucional
- 3.4.3 – Os órgãos da Justiça Eleitoral
 - 3.4.3.1 – T.S.E.
 - 3.4.3.2 – T.R.E.
 - 3.4.3.3 – Juiz Eleitoral
 - 3.4.3.4 – Junta eleitoral e turmas apuradas
- 3.4.4 – Competência (administrativa, normativa e jurisdicional)

3ª SEMANA:

24/08/04 (3ª): 4 – O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

- 4.1 – Noções
- 4.2 – Natureza Jurídica
- 4.3 – Estruturação
- 4.4 – Atribuições
- 4.5 – Prerrogativas, garantias, deveres e impedimentos

27/08/04 (6ª): 5 – ORGANIZAÇÃO ELEITORAL

- 5.1 – Sufrágio, voto e escrutínio
- 5.2 – Extensão do sufrágio
- 5.3 – Valor do sufrágio
- 5.4 – Modo do sufrágio
- 5.5 – Forma do sufrágio

4ª SEMANA:

- 31/08/04 (3ª): 5.6 – Distribuição territorial do sufrágio**
- 5.7 – Sistema eleitoral majoritário
 - 5.8 – Sistema eleitoral proporcional
 - 5.9 – Quociente partidário e eleitoral

03/09/04 (6ª): 1ª N-1 (Prova Escrita) com consulta à doutrina e ao código.

5ª SEMANA:

10/09/04 (6ª): 6 – DOS DIREITOS POLÍTICOS

- 6.1 – Conceito
- 6.2 – Direito político ativo
- 6.3 – Capacidade política ativa
- 6.4 – Obrigatoriedade ou facultatividade
- 6.5 – Exceções à capacidade ativa

14/09/04 (3ª): 6.6 – Direito político passivo

- 6.7 – Capacidade política passiva
- 6.8 – Exceções à capacidade passiva
 - 6.8.1 – Inelegibilidade e irrelegibilidade
 - 6.8.2 – Impedimento funcional por identidade de cargo
 - 6.8.3 – Impedimento funcional por incompatibilidade
 - 6.8.4 – Impedimento por motivo de parentesco
 - 6.8.5 – A situação dos concubinos
 - 6.8.6 – A problemática em caso de desmembramento de Município ou

Estado.

- 6.9 – O militar e os direitos políticos

6.10 – Outros casos de inelegibilidade na legislação comum.6.7 – Capacidade política passiva

- 6.8 – Exceções à capacidade passiva
- 6.8.1 – Inelegibilidade e irrelegibilidade
- 6.8.2 – Impedimento funcional por identidade de cargo
- 6.8.3 – Impedimento funcional por incompatibilidade
- 6.8.4 – Impedimento por motivo de parentesco
- 6.8.5 – A situação dos concubinos
- 6.8.6 – A problemática em caso de desmembramento de Município ou

Estado.

- 6.9 – O militar e os direitos políticos
- 6.10 – Outros casos de inelegibilidade na legislação comum.

6ª SEMANA:

17/09/04 (6ª): 7 – ALISTAMENTO ELEITORAL

- 7.1 – Conceito
- 7.2 – Requisitos
- 7.3 – Prazo para alistar
- 7.4 – Efeitos
- 7.5 – Prova
- 7.6 – Segunda Via
- 7.7 – Transferência
- 7.8 – Fiscalização
- 7.9 – Cancelamento e exclusão
- 7.10 – Conseqüências do descumprimento do dever de alistar

21/09/04 (3ª): 8 – DAS GARANTIAS ELEITORAIS

- 8.1 – Conceito
- 8.2 – Liberdade de escolha do eleitor
- 8.3 – Salvo conduto
- 8.4 – Garantia contra prisão
- 8.5 – Restrição ao uso da força pública
- 8.6 – Prioridade postal
- 8.7 – Isenção tributária aos partidos
- 8.8 – Gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania
- 8.9 – Garantia aos empregados para servir à justiça eleitoral e para exercer direitos políticos
- 8.10 – Direito de descanso dobrado para funcionários públicos
- 8.11 – Cancelamento e substituição

7ª SEMANA:

24/09/04 (6ª): 9 – ESCOLHA E REGISTRO DE CANDIDATOS

- 9.1 – Noções
- 9.2 – Legitimidade
- 9.3 – Competência
- 9.4 – Requisitos para o registro
- 9.5 – Concepções partidárias
- 9.6 – Quantidade de candidatos por vaga
- 9.7 – Nomes e variações
- 9.8 – Impugnações
- 9.9 – Investigação judicial
- 9.10 – Cancelamento e substituição

28/09/04 (3ª): 10 – PROPAGANDA ELEITORAL E PARTIDÁRIA

- 10.1 – Conceitos
- 10.2 – Técnicas de propaganda
- 10.3 – Liberdade de propaganda
- 10.4 – Propaganda lícita, irregular e criminosa

- 10.5 – Propaganda geral
- 10.6 – Propaganda paga na imprensa escrita
- 10.7 – Propaganda no rádio e na televisão
- 10.8 – Direito de resposta
- 10.9 – Atuação do Ministério Público
- 10.10 – Atuação da Justiça eleitoral

8ª SEMANA:

01/10/04 (6ª): 11 – MEDIDAS PREPARATÓRIAS À VOTAÇÃO

- 11.1 - Organização do eleitorado
- 11.2 – Zona Eleitoral
- 11.3 – Quantidade de diretório por zona
- 11.4 – Seção eleitoral
- 11.5 – Eleitores por seção
- 11.6 – Mesa receptora de votos
- 11.7 – Composição
- 11.8 – Impedimentos, recursos e impugnações dos membros da mesa
- 11.9 – Competência da mesa
- 11.10 – Fiscalização perante a mesa

05/10/04 (3ª): Avaliação da 2ª N-1 (entrega do trabalho e entrevista com o professor sobre o assunto pesquisado).

9ª SEMANA:

08/10/04 (6ª): 12 – DA VOTAÇÃO

- 12.1 – Conceito
- 12.2 – O Início – dia e hora
- 12.3 – O voto e o ato de votar
- 12.4 – Eleitor em trânsito ou de em serviço
- 12.5 – Voto em separado
- 12.6 – Transporte de eleitores
- 12.7 – Alimentação de eleitores
- 12.8 – Incidentes na votação, recursos e impugnações
- 12.9 – Como e em quem o eleitor vota
- 12.10 – O encerramento e atos seguintes

15/10/04 (6ª): 13 – DA APURAÇÃO

- 13.1 – Conceito
- 13.2 – Apuração pela mesa receptora
- 13.3 – Apuração pela Junta ou turma
- 13.4 – Nomeação de escrutinadores e auxiliares
- 13.5 – Abertura da urna e providência imediatas
- 13.6 – Os votos em separados
- 13.7 – Contagem dos votos
- 13.8 – Para quem se contam os votos
- 13.9 – Fiscalização d apuração
- 13.10 – Impugnações e decisão
- 13.11 – Recursos e razões
- 13.12 – Mapeamento
- 13.13 – Proclamação do resultado
- 13.14 – Apuração de eleições estaduais, federais e presidenciais
- 13.15 – A informática na apuração

10ª SEMANA:

19/10/04 (3ª): 14 – DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS

- 14.1 – Conceito

- 14.2 – Natureza jurídica da diplomação
- 14.3 – Competência para diplomar
- 14.4 – Prazo e local para diplomar
- 14.5 - Fiscalização
- 14.6 – Impugnações
- 14.7 – Efeitos eleitorais e constitucionais

22/10/04 (6ª): 15 – DOS RECURSOS ELEITORAIS

- 15.1 – Recursos e impugnações
- 15.2 – Considerações gerais sobre recurso
 - 15.2.1 – Efeitos
 - 15.2.2 – Prazo
 - 15.2.3 – Prevenção
 - 15.2.4 – Prejulgado eleitoral

11ª SEMANA:

26/10/04 (3ª): 15.3 – Espécies de recursos na legislação ordinária

- 15.3.1 – Apelação
- 15.3.2 – Apelação criminal
- 15.3.3 – Agravo
- 15.3.4 – Embargos de declaração
- 15.3.5 – Recursos na legislação eleitoral esparsa
- 15.3.6 – Recursos contra decisão de Juiz Eleitoral
- 15.3.7 – Recursos contra da Junta Eleitoral

29/10/04 (6ª): 15.4 – Recursos eleitorais na constituição

- 15.4.1 – Recurso ordinário contra decisão de T.R.E.
- 15.4.2 – Recurso especial contra decisão de T.R.E.
- 15.4.3 – Recurso ordinário contra decisão do T.S.E.
- 15.4.4 – Recurso contra decisão do T.S.E.
- 15.4.5 – Recurso ordinário em matéria eleitoral

12ª SEMANA:

05/11/04 (6ª): 1ª N-2 (Prova escrita), com consulta à doutrina e ao código.

09/11/04 (3ª): 16 – OUTRAS IMPUGNAÇÕES

- 16.1 - Ações Constitucionais
 - 16.1.1 – Mandado de segurança
 - 16.1.2 – Habeas corpus
 - 16.1.3 – habeas data
 - 16.1.4 – Mandado de injunção

13ª SEMANA:

12/11/04 (6ª): 16.2 – Ação de impugnação de mandato

- 16.2.1 – Noções
- 16.2.2 – Cabimento
- 16.2.3 – Competência
- 16.2.4 – Prazo
- 16.2.5 – Legitimidade ativa e passiva
- 16.2.6 – Efeitos
- 16.2.7 – Procedimentos

16/11/04 (3ª): 16.3 – Impugnações no Código Eleitoral e Legislação especial

14ª SEMANA:**19/11/04 (6ª): 17 – CRIMES ELEITORAIS**

- 17.1 – Noções
- 17.2 – Código Penal de aplicação subsidiária
- 17.3 – Natureza jurídica
- 17.4 – Fontes formais
- 17.5 – Classificação
- 17.6 – Crime eleitoral pela imprensa
- 17.7 – Pena de multa
- 17.8 – Pena privativa de liberdade

26/11/04 (6ª): 18 – PROCESSO PENAL ELEITORAL

- 18.1 – Base legal
- 18.2 – Inquérito policial eleitoral
- 18.3 – Competência
- 18.4 – Natureza da ação penal

15ª SEMANA:**30/11/04 (3ª): 18.5 – Titular de ação penal**

- 18.6 – Procedimento próprio
- 18.7 – Aplicação subsidiária do CPP
- 18.8 – Decisão
- 18.9 – Recursos

03/12/04 (6ª): 20 – DIREITO PARTIDÁRIO – PARTIDO POLÍTICO

- 20.1 – Conceito de partido político
- 20.2 – Natureza jurídica
- 20.3 – Criação originária e derivada
- 20.4 – Fusão e incorporação
- 20.5 – Registro civil e político de partido
- 20.6 – Extinção de partidos

16ª SEMANA:

07/12/04 (3ª): *Avaliação da 2ª N-2 (entrega dos trabalhos e entrevista com o professor sobre o assunto pesquisado).*

10/12/04 (6ª): 20.7 – Estrutura do partido político

- 20.7.1 – Órgão de deliberação
- 20.7.2 – Órgão de direção e ação
- 20.7.3 – Órgão de ação parlamentar
- 20.7.4 – Órgão de cooperação
- 20.8 – Finanças e contabilidade
- 20.8.1 – Prestação de contas
- 20.8.2 – Fundo partidário

17ª SEMANA:**14/12/04 (3ª): 20.9 – Filiação partidária**

- 20.9.1 – Legitimidade
- 20.9.2 – Procedimento
- 20.9.3 – Impugnação
- 20.9.4 – Prazo

- 20.9.5 – Desligamento
- 20.9.6 – Cancelamento automático, voluntário e judicial
- 20.10 – Fidelidade partidária
- 20.11 – Disciplina partidária
- 20.12 – Acesso à TV e Rádio

17/12/04 (6ª): entrega dos resultados finais.

Goiânia, 06/08/2004.

Flávio Henrique de Melo
Professor